

Desigualdade de gênero: inserção ocupacional e rendimentos segundo a intensidade tecnológica setorial¹

Fernanda Esperidião² (PPGE\UFS)

Márcia Siqueira Rapini³ (CEDEPLAR\UFMG)

Mariangela Furlan Antigo⁴ (CEDEPLAR\UFMG)

Resumo:

Este artigo investiga a desigualdade de rendimentos por gênero pela perspectiva da inserção ocupacional e do rendimento segundo a intensidade tecnológica setorial. Para isto foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral (PNADC/T) no período de 2012-2023. As análises foram realizadas a partir de uma classificação setorial de intensidade tecnológica desenvolvida por Morceiro (2019) para o Brasil a partir da taxonomia da OCDE. Foram estimados modelos multinomiais para analisar a probabilidade de inserção por gênero nos setores por intensidade tecnológica. Os níveis de rendimento foram estimados a partir de uma equação de rendimentos baseada em Mincer (1974). Os resultados apontam que uma maior escolaridade aumenta a probabilidade de inserção dos indivíduos em setores de maior intensidade tecnológica, sendo esta probabilidade maior para os homens. Observa-se também desigualdade de rendimentos entre os gêneros com o mesmo nível de escolaridade e nos mesmos setores de intensidade tecnológica.

Palavras-chaves: intensidade tecnológica, rendimentos, inserção ocupacional, gênero.

Abstract

This article investigates income inequality by gender from the perspective of occupational insertion and income according to sectoral technological intensity. For this, data from the National Quarterly Continuous Household Sample Survey (PNADC/T) in the period 2012-2023 were used. The analyzes were carried out based on a sectoral classification of technological intensity developed by Morceiro (2019) for Brazil based on the OECD taxonomy. Multinomial models were estimated to analyze the probability of insertion by gender in sectors by technological intensity. Income levels were estimated using an income equation based on Mincer (1974). The results indicate that greater education increases the probability of individuals entering sectors with greater technological intensity, with this probability being greater for men. There is also income inequality between genders with the same level of education and in the same technologically intensive sectors.

Keywords: technology intensity, income, occupational insertion, gender

Área de submissão: Economia

Classificação JEL: J20, J24

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do Projeto CNPq Processo 311722/2023-7 e da Fapemig (Edital 01/2018 – Demanda Universal, Processo APQ-02814-18).

² Docente da Universidade Federal de Sergipe -UFS e do Programa Acadêmico de Pós Graduação em Economia - PPGE

³ Docente do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG.

⁴ Docente do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG.

1. Introdução

Atualmente, é notório o espaço que a mulher conquistou no mercado de trabalho. O reconhecimento de suas capacidades e habilidades vem credenciando para ocupar cargos importantes, os quais, num passado recente, a elas não eram destinados. Hoje, é comum a presença de mulheres liderando grandes corporações e exercendo comando em ambientes de trabalho. Do ponto de vista social, essa quebra de paradigma possui grande relevância, uma vez que está pondo fim a uma barreira cultural que colocava homens e mulheres em patamares diferentes, não por uma avaliação relacionada à produtividade, mas pela segregação que havia no que se refere ao gênero.

A própria mudança da estrutura familiar brasileira, partir dos anos 1970, proporcionou uma maior participação da mulher no mercado de trabalho de 18,5% em 1970 para 53,3% em 2022, enquanto a masculina manteve-se de 71,8% para 73,2% (IBGE, 2023). As preferências dos indivíduos constituídas, em parte, por características culturais também poderiam explicar a disposição das mulheres em ingressar no mercado de trabalho (ANTECOL, 2003).

Meireles (2014) salienta que, no ano de 1977 as mulheres recebiam 30% dos rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino. Mesmo com a abertura de novos postos de trabalho, maiores níveis educacionais e de renda alcançados pelas mulheres, o diferencial de renda entre os gênero é persistente, com a permanência da população feminina em piores postos de trabalho, além de receberem em média menores salários do que os homens.

No primeiro trimestre de 2021, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), o rendimento mensal habitual médio das mulheres era de R\$ 2.295,95 enquanto o de homens era de R\$ 2.871,01, diferença de 24,2%. Este é o menor diferencial da base de dados. No primeiro trimestre de 2012, a diferença de rendimento de homens e mulheres era de 36,7%. Nesse período, de 2012 a 2021, as mulheres tiveram aumento de rendimento de 14,62%, enquanto os homens tiveram aumento de 4,86%.

Vale destacar que o diferencial de rendimento entre mulheres e homens, caiu para 52,9% em 1995, 61,8% em 2001, 65,8% em 2009 para 24,2% em 2021 (IPEA, 2022).

Embora a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres tenha diminuído ao longo de décadas, este diferencial ainda prevalece elevado para os homens no Brasil. E este configura-se como um dos principais problemas enfrentados pelo país no mercado de trabalho. Pode-se afirmar que além do problema econômico, a desigualdade entre gênero e raça brasileira proporciona uma má distribuição de oportunidades de inclusão econômica e social, caracterizando uma baixa mobilidade ocupacional.

A baixa mobilidade ocupacional, implica, pela perspectiva da construção de capacidades e de habilidades, que as mulheres teriam menos chances de continuar no processo de aprendizado em seus postos de trabalho, visto uma maior desconexão entre a formação e a ocupação. Isto implica em menor retorno, no caso das mulheres, do esforço de aumento dos anos de estudo, visto que possuem menos oportunidades para dar continuidade ao processo de construção de capacidades na sua área de formação. Ou seja, o aumento da escolaridade não encontra contrapartida em ocupações compatíveis com a qualificação obtida.

Neste contexto, este artigo apresenta uma contribuição por buscar investigar a desigualdade de rendimentos por gênero também pela perspectiva de oportunidades distintas nas ocupações. Para isto, os setores foram classificados de acordo com taxonomia de intensidade tecnológica da OCDE, utilizando a adaptação realizada por Morceiro (2019). A escolha desta taxonomia se deu porque a mesma também classifica os setores de serviços, que de forma crescente vem absorvendo mão-de-obra mais qualificada do Brasil. A opção pelo uso da PNADC e, portanto, analisar a perspectiva da oferta de mão-de-obra foi utilizada também

para inferir as ocupações nos setores informais e de serviços, visto o aumento da participação do setor de serviços no valor adicionado (AMITRANO E SQUEFF, 2017), bem como da informalidade no Brasil.

Ademais desta introdução o artigo possui mais 4 seções. A próxima seção apresenta a revisão da literatura com foco nos trabalhos que investigam os diferenciais de rendimentos por gênero, escolaridade e tipo de ocupação. A terceira seção apresenta a metodologia utilizadas neste trabalho e a quarta seção apresenta os resultados obtidos à partir das estimações realizadas. A seção final apresenta as considerações finais sobre os resultados encontrados no artigo e apresenta proposições de política.

2. Revisão da literatura

2.1. Rendimentos por gênero e qualificação no Brasil e no mundo

A questão da desigualdade de renda por gênero é uma temática recorrente nos estudos que tratam sobre igualdade de oportunidades e evolução da distribuição de renda no Brasil.

Diversas teorias têm buscado explicar esta entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e seus condicionantes, como nupcialidade e presença de filhos. A taxa de fertilidade, por exemplo, teria um forte poder de explicação sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, visto que esta teria um efeito negativo sobre a participação relativa das mulheres, especialmente para aqueles entre vinte e trinta e nove anos (BLOOM *et al.*, 2007).

A partir do estudo de Becker e outros como Phelps (1972), Arrow (1973) e Oaxaca (1973), tem-se que a discriminação econômica no mercado de trabalho pode ser constatada quando trabalhadores que apresentam as mesmas qualificações e produtividade são tratados de forma diferenciada do ponto de vista salarial por razões que são irrelevantes ao exercício de sua atividade profissional e, por consequência, não afetam sua produtividade no trabalho.

Uma das primeiras tentativas de se formular uma medida que captasse discriminação no mercado de trabalho foi elaborada por Oaxaca (1973), o qual desenvolveu uma medida para decompor as diferenças salariais entre homens e mulheres nos Estados Unidos. Os resultados indicaram que o diferencial de salários entre homens e mulheres era bastante significativo, e que uma substancial proporção desses diferenciais era atribuída aos efeitos da discriminação. Em seguida, Blinder (1973) desenvolveu uma metodologia para quantificar a discriminação no mercado de trabalho americano por meio de um sistema de equações simultâneas. A partir da estimação do sistema, o autor conclui que o diferencial de salário entre homens e mulheres é atribuído em cerca de 2/3 à discriminação absoluta no mercado de trabalho.

A partir da metodologia desenvolvida por Oaxaca (1973) e Blinder (1973), posteriormente denominada de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973), as estimativas da presença de discriminação no mercado de trabalho tornaram-se rotina, uma vez que tal metodologia permite realizar uma decomposição das diferenças salariais em dois efeitos: discriminação (não explicada) e diferenças entre as características individuais (explicada).

Evidências empíricas demonstram que os salários no mercado de trabalho são diferenciados entre homens e mulheres, assim como, entre brancos e não brancos, favorecendo os homens e os brancos. No entanto, estudos recentes têm apontado, em geral, na direção de uma redução dos diferenciais salariais entre gêneros e raças causados por discriminação no mercado de trabalho no Brasil e no mundo.

O'Neil (1985) ao estudar a discriminação por gênero nos EUA entre 1950 e meados dos anos 1980, concluiu que até metade da década de 1970, o diferencial salarial por sexo seguiu uma tendência crescimento, já no período seguinte observou-se uma redução da desigualdade

salarial, motivada, de acordo com a autora, pela ampliação do tempo médio⁴ das mulheres no emprego, em relação aos homens.

A pesquisa de Bastos et al. (2004) buscou analisar a discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho das duas maiores cidades portuguesas, Lisboa e Porto, para o ano de 1997. Os resultados confirmaram a hipótese da discriminação salarial entre homens e mulheres em ambas as cidades. No entanto, Lisboa e Porto apresentaram diferentes padrões de discriminação. Em Lisboa o termo de discriminação é, em média, mais representativo. Por outro lado, observou-se na cidade do Porto um valor mais elevado para o componente resultante de diferenças de produtividade.

Carneiro, Heckman e Masterov (2005) em estudo realizado nos Estados Unidos a fim de investigar a relação existente entre qualificação e discriminação para o período de 1990 a 2000, encontraram-se evidências de discriminação indireta no mercado de trabalho americano, uma vez que o diferencial salarial entre brancos e não brancos, com exceção da raça negra, era motivado por fatores *premarket*. Desta forma, a execução de uma política educacional efetiva, de acordo com os autores, seria mais indicada do que a implementação de ações afirmativas, exceto para os negros.

Almeida e Almeida (2014), destacam os estudos de Cavalieri e Fernandes (1998), Soares (2000), Henriques (2001), Giuberti e Menezes-Filho (2005), Matos e Machado (2006) e Oliveira e Rios-Neto (2006). O método de decomposição de Oaxaca-Blinder (1973) vem sendo amplamente utilizado no estudo da economia discriminação no Brasil, pode-se citar como exemplo os trabalhos de Matos e Machado (2006), Salvato et al. (2008), Miro e Suliano (2010), entre outros. Uma variação deste método foi implementada por Bartolotti (2007) que aplicou a metodologia de Oaxaca-Blinder (1973) para regressões quantílicas com dados para o Brasil.

Cavalieri e Fernandes (1998) realizaram uma análise comparativa dos diferenciais salariais por gênero e cor entre as principais regiões metropolitanas brasileiras. Assim como, em trabalhos anteriores, os autores constataram que, em média, o salário dos homens é mais elevado do que o das mulheres e que o salário do indivíduo de cor branca é superior quando comparado ao dos negros e pardos.

Soares (2000) analisou o hiato salarial por gênero e raça no Brasil para o período de 1987 a 1998. O autor utilizou o método de decomposição de rendimentos proposto por Oaxaca (1973) e concluiu que o diferencial salarial dos homens negros se deve, principalmente, a seu menor nível de qualificação, enquanto o hiato em relação às mulheres brancas é explicado apenas pelo componente de discriminação.

Os estudos realizados por Henriques (2001) e Zuchie e Hoffman (2004) sustentam que o diferencial do nível de escolaridade explica parcela significativa das desvantagens com as quais indivíduos de raça negra se deparam ao se inserir no mercado de trabalho. Zuchi e Hoffman (2004) vão mais além e demonstram que os trabalhadores brancos e negros auferem maiores salários em atividades vinculadas aos setores secundário e terciário, quando comparado aos salários ofertados por atividades do setor primário. Além disso, os autores demonstram ainda que os rendimentos esperados para os trabalhadores da região Nordeste são inferiores aos daqueles situados em outras regiões do país.

Giuberti e Menezes-Filho (2005) elaboraram um estudo cujo objetivo principal era comparar os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres no Brasil e nos EUA a fim de verificar se os fatores que determinavam tal diferencial eram os mesmos em ambos os países. Os autores concluíram que tanto no mercado de trabalho brasileiro quanto no norte-americano, durante os períodos analisados, existia um componente não explicado pelas características dos

indivíduos no hiato salarial entre gêneros, caracterizando, portanto, a presença da discriminação em relação às mulheres.

O trabalho de Matos e Machado (2006) considera a discriminação por gênero e raça ao analisar os diferenciais de rendimento no mercado de trabalho brasileiro. Os resultados encontrados indicam que há discriminação por sexo e cor no mercado de trabalho do Brasil e os negros possuem menor dotação de fatores produtivos, pelo menos para o período analisado.

Almeida e Almeida (2014) verificaram se o mercado de trabalho potiguar discrimina a mulher e o trabalhador não branco, a partir da decomposição dos diferenciais salariais por gênero e raça. Os resultados gerados pela decomposição de rendimentos indicam a presença de um componente discriminatório relacionado ao gênero e a raça no mercado de trabalho potiguar. De acordo com as evidências empíricas, cerca de 139% do diferencial salarial médio entre homens e mulheres se deve ao termo de discriminação. Já quanto a decomposição do rendimento referente à raça, observou que cerca de 81% do hiato salarial entre brancos e não brancos foi provocado pelo componente de discriminação.

Podemos destacar que o aumento da taxa de atividade das mulheres levou a uma maior diversificação no mercado de trabalho, mas essa diversificação não significou uma desconcentração do trabalho feminino das atividades tradicionalmente exercidas por elas, predominantemente no setor de serviços, de baixa intensidade tecnológica.

Alguns estudos têm procurado investigar a desigualdade de gênero nos diferentes setores industriais. Os setores de alta intensidade tecnológica são responsáveis por elevada agregação de valor e por permitirem crescimentos sustentados dos países. Contudo, alguns estudos apontam que as mulheres têm baixa inserção e participação nos setores de alta intensidade tecnológica. De acordo com Pimenta (2017) a maior participação feminina é no setor de serviços de baixa complexidade e baixa remuneração como serviços domésticos, educação secundária e serviços sociais. Ainda que as mulheres tenham ampliado sua inserção no mercado de trabalho nas últimas décadas, elas estão inseridas, na sua maioria, no setor de serviços em funções com pouca diversificação nos postos de trabalho (Salardi, 2011).

Tápias e Luna (2020) investigaram a desigualdade de gênero nas áreas STEM – *Science, Technology, Engineering and Mathematics* no Estado de São Paulo no período de 2003 a 2017 a partir dos dados da RAIS. Nas áreas STEM o nível educacional tende a ser superior. Ainda que se tenha observado aumento da inserção feminina no mercado de trabalho paulista, esta inserção foi menor nos setores industriais. Porém as mulheres aumentaram mais sua participação nas ocupações STEM dos setores industriais no período comparativamente aos homens (respectivamente, 1,49 pp. X 1.07 p.p). Contudo, a inserção das mulheres é heterogênea nas áreas STEM dentre os setores industriais, sendo a maior participação nos setores de vestuário e farmacêutico.

Em termos de remuneração, as áreas STEM apresentaram na média rendimento superior à média da indústria, sendo 65,63% a mais que a média salarial total por hora da indústria. Por sua vez, as mulheres das áreas STEM tiveram no período crescimento médio de 0,73 centavos na remuneração por hora, ao passo que os homens obtiverem crescimento de 4,57 reais na remuneração por hora, indicando aumento da desigualdade na remuneração. Cabe destacar que segundo Hoffmann (2020) a comparação entre os rendimentos médios de mulheres e homens subestima a desigualdade de gênero, visto que as mulheres na média possuem maior nível de escolaridade na mesma ocupação.

3. Metodologia

A base de dados utilizada nesse trabalho é a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral (PNADC/T), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de 2012 a 2023, para indivíduos com idade entre 25 e 64 anos. Com o objetivo de analisar a inserção ocupacional e o padrão de rendimentos por sexo de acordo a intensidade tecnológica, os setores de atividade foram classificados de acordo com taxonomia de intensidade tecnológica utilizada pela OCDE, que utiliza o indicador de intensidade em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Este indicador e essa taxonomia são muito utilizados nos estudos de Economia da Inovação, e valem-se de uma hierarquia entre os setores produtivos na sua classificação (MORCEIRO, 2019). Os setores foram agrupados de acordo com a taxonomia da OCDE adaptada para o caso Brasileiro e desenvolvida em Cavalcante (2014). Os setores de serviços foram classificados de acordo com as categorias da OCDE a partir de Morceiro (2018). São eles:

1) Alta e média-alta intensidade tecnológica (Alta): Manufatura: aeronaves e componentes relacionados, farmacêutica, informática, eletrônicos, produtos ópticos, armas e munições, veículos automotores e autopeças, instrumentos médicos e odontológicos, máquinas e equipamentos (M&Es), químicos, máquinas e equipamentos elétricos, veículos ferroviários, veículos militares de combate e outros. Não manufatura: pesquisa e desenvolvimento científico, desenvolvimento de sistemas (softwares), outros serviços de informação.

2) Média e média-baixa intensidade tecnológica (Média): Manufatura: plásticos e borracha, construção de embarcações, produtos diversos, outros minerais não metálicos, metalurgia básica, manutenção, reparação e instalação de M&Es, têxteis, calçados e artefatos de couros, papel e celulose, alimentos, bebida e fumo, vestuário e acessórios, produtos de metal (exceto Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais - código 25.2 – considerada de média intensidade), refino de petróleo e biocombustíveis, móveis, madeira e produtos da madeira, impressão e reprodução de gravações. Não manufatura: atividades profissionais, científicas e técnicas (exceto P&D), telecomunicações, indústria extrativa, edição e edição integrada à impressão.

3) Baixa intensidade tecnológica (somente para serviços): financeiros, seguros e complementares, eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana, TV, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem, comércio, agricultura, pecuária, florestal e pesca, construção, atividades administrativas e serviços complementares, artes, recreação, organizações associativas e outros serviços, transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, atividades imobiliárias.

4) Outros: Como a classificação da OCDE é para atividades predominantemente privadas, os setores administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais e organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais foram classificados como outros.

Dois métodos de análise são utilizados. O primeiro se baseia em uma análise econométrica multivariada, através da estimativa de um modelo Logit Multinomial para os anos de 2012, 2017 e 2023. Com esse modelo é possível entender como mudanças nas variáveis individuais, regionais e conjunturais afetam a probabilidade de o indivíduo estar inserido em um setor de baixa, média ou alta intensidade tecnológica, além de outros setores e na desocupação/inatividade. As variáveis independentes consideradas com relação às características individuais são sexo, cor, idade agrupada a cada cinco anos e níveis de escolaridade (fundamental incompleto, fundamental completo/médio incompleto, médio completo, e, superior incompleto/completo). Em adição, para captar os efeitos regionais,

utilizou-se dummies para as grandes regiões do país, além de área urbana/rural e região metropolitana/restante da unidade federativa.

Com o intuito de mensurar a probabilidade de inserção dos homens com relação às mulheres nos setores por intensidade tecnológica e na desocupação/inatividade em cada nível de escolaridade, realiza-se o mesmo exercício econométrico também para cada grupo de escolaridade separadamente. Como complemento, estima-se também dois modelos logit multinomiais, um para os homens e um para as mulheres, objetivando captar a importância dos níveis de escolaridade por sexo para inserção nos setores e na desocupação/inatividade.

A segunda metodologia adotada consiste na estimativa de uma equação de rendimentos para os anos de 2012, 2017 e 2023 baseada em Mincer (1974) buscando analisar como características individuais, regionais e do posto de trabalho podem estar associadas à maiores níveis de rendimento do trabalho. Cabe ressaltar que nos modelos estimados podemos incorrer no problema de viés de seletividade amostral. Nesse sentido, a estimativa das equações mincerianas considerando a seletividade amostral proposta por Heckman (1979) foi considerada nas estimativas. Estimou-se assim um modelo probit em que a variável dependente considerada é estar ocupado em relação a se encontrar desocupado ou na inatividade e as variáveis de controle utilizadas são: condição no domicílio, escolaridade, área urbana, região metropolitana, presença de criança de até cinco anos de idade e presença de crianças/adolescentes de seis a quatorze anos de idade.

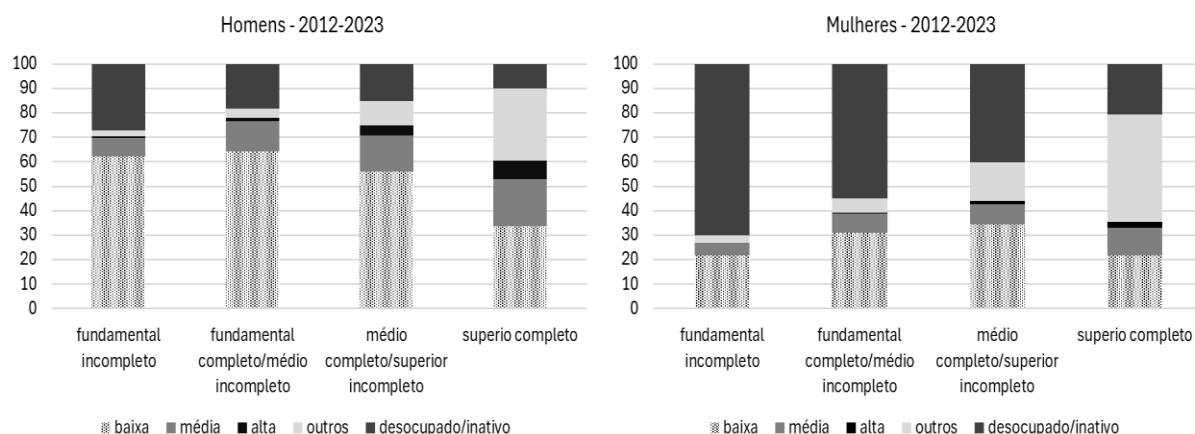
A equação de rendimentos estimada considera como variável dependente o log do rendimento-hora do trabalho principal e como variáveis independentes sexo, cor, idade agrupada a cada cinco anos, níveis de escolaridade, *dummies* para as grandes regiões do país, área urbana/rural, região metropolitana/restante da unidade federativa, contribuição para a previdência social e grupos ocupacionais, além da razão inversa de Mills. Buscando mensurar a desigualdade de rendimentos por gênero em cada setor de acordo com a intensidade tecnológica, realiza-se o exercício econométrico para os setores de baixa, média e alta intensidade tecnológica separadamente. Em adição, realiza-se o exercício econométrico para os setores de baixa, média e alta intensidade tecnológica para cada grupo de escolaridade.

4. Resultados

A Figura 1 apresenta a distribuição percentual do pessoal ocupado de acordo com o nível de escolaridade e o setor de ocupação classificado por intensidade tecnológica. Observa-se um maior percentual de homens ocupados inseridos em setores de baixa intensidade tecnológica nos níveis de escolaridade do fundamental incompleto ao médio completo/superior incompleto. Vale destacar que essa tendência decresce no superior completo, dando espaço para setor categorizado como “outros”.

O reflexo menos expressivo da categoria desocupados para homens tem seu reflexo intensificado para as mulheres. Nota-se que em todos os níveis de escolaridade o quantitativo de mulheres desocupadas é mais significativo do que o dos homens, intuindo a menor inserção das mulheres em todos os setores a partir da classificação por intensidade tecnológica. O menor nível de desocupação é observado nas mulheres que possuem o ensino superior completo.

Figura 1 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas por setor de intensidade tecnológica e desocupadas/inativas, segundo sexo, Brasil, 2012-2023.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

O percentual de trabalhadores ocupados segundo a classificação de intensidade tecnológica dos setores de atividade, e, de acordo com o nível de escolaridade, para o Brasil, no período de 2012 a 2023 pode ser observado na tabela 1. Pela leitura da tabela, apreende-se que maior escolaridade aumenta as chances de inserção em setores de maior intensidade tecnológica. Ainda que os setores de baixa intensidade tecnológica apresentem um percentual expressivo de trabalhadores com ensino superior completo, os trabalhadores com ensino fundamental incompleto e fundamental completo/médio incompleto estão inseridos com maior expressão nos setores de baixa intensidade tecnológica, seguidos dos trabalhadores com ensino médio completo/superior incompleto. Essa análise segue tanto para homens como para mulheres.

Tabela 1 - Distribuição percentual das pessoas ocupadas por setor de intensidade tecnológica e desocupadas/inativas, segundo sexo, Brasil, 2012-2023

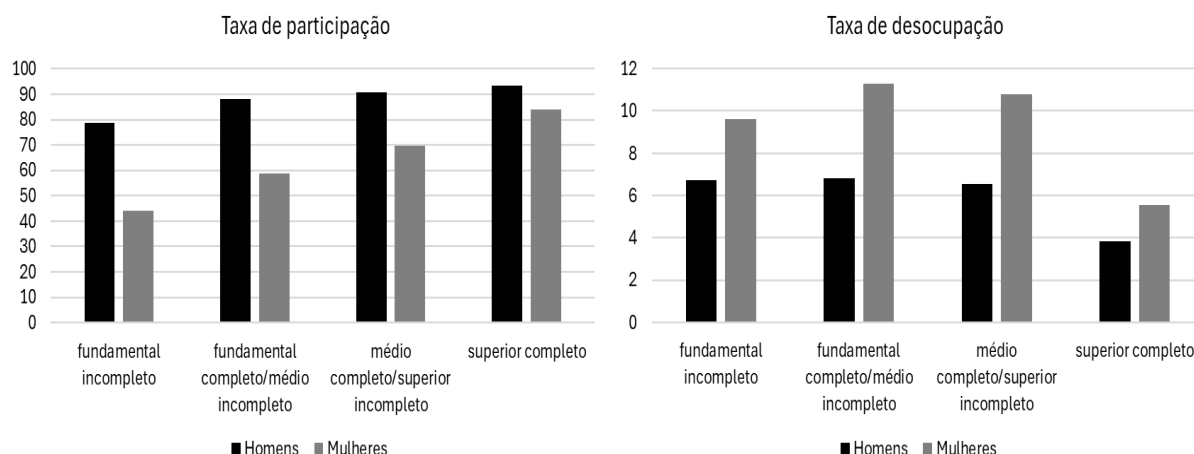
	baixa	média	alta	outros	desocupado/inativo	total
Homens						
fundamental incompleto	62,11	7,77	0,56	2,48	27,08	100
fundamental completo/médio incompleto	64,27	12,28	1,56	3,71	18,18	100
médio completo/superior incompleto	56,07	14,80	3,99	9,83	15,30	100
superior completo	33,57	19,22	7,54	29,55	10,12	100
Mulheres						
fundamental incompleto	21,64	5,17	0,18	3,08	69,94	100
fundamental completo/médio incompleto	30,83	8,02	0,48	5,79	54,88	100
médio completo/superior incompleto	34,45	8,34	1,24	15,78	40,18	100
superior completo	21,73	11,21	2,43	43,79	20,84	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

Com relação a Figura 2, pode-se observar a taxa de participação e desocupação entre homens e mulheres para o período de 2012 a 2023. A participação dos homens é mais expressiva em todos os níveis educacionais, mas vale salientar que a menor diferença em pontos percentuais entre homens e mulheres se dá no nível superior completo, onde as mulheres apresentam a maior taxa de inserção.

Contrariamente a isso, a taxa de desocupação é mais significativa entre as mulheres nos níveis educacionais fundamental completo/ médio incompleto e médio completo/superior incompleto.

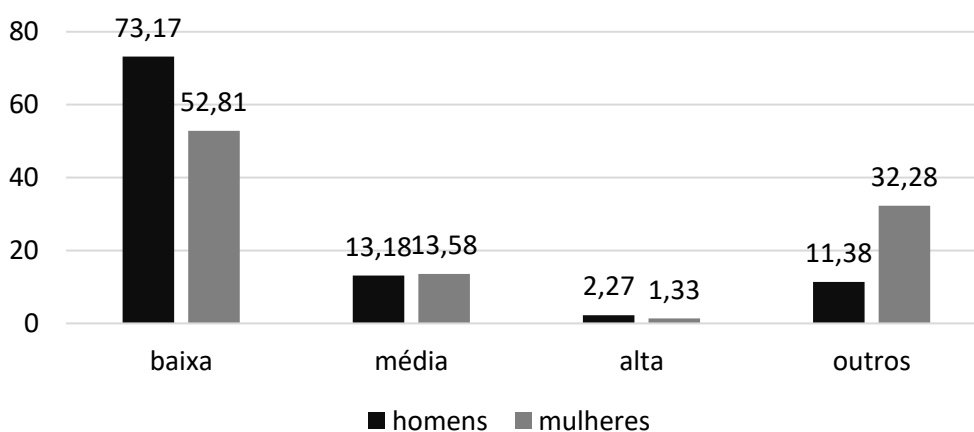
Figura 2 - Taxa de participação e taxa de desocupação, por sexo e escolaridade, Brasil, 2012-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

O Gráfico 1 complementa a análise acima ao apresentar o setor de intensidade tecnológica que o trabalhador ocupado está inserido. Nota-se que a maior parte dos trabalhadores homens estão alocados em setores de baixa intensidade tecnológica, seguidos por “outros”.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos ocupados por setor de intensidade tecnológica, segundo sexo, Brasil, 2012-2023

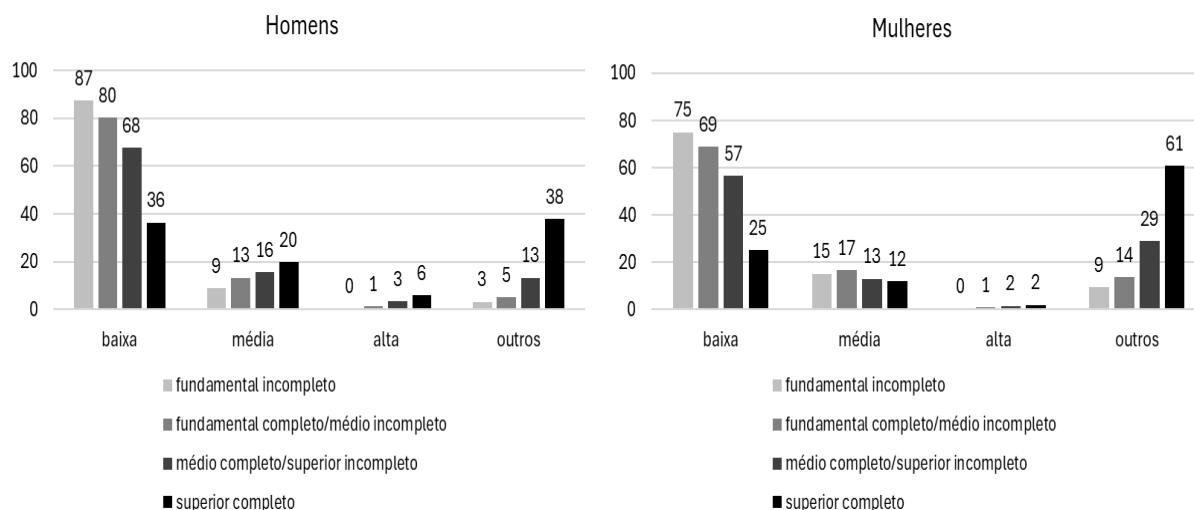


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

Com relação a Figura 3, a distribuição apresentada por setor de intensidade tecnológica e escolaridade. O setor de baixa intensidade tecnológica abarca um percentual maior de homens e mulheres ocupados em relação aos setores de média e alta intensidade tecnológica, sendo mais significativo para o nível de formação “fundamental incompleto” 87% e 75% respectivamente.

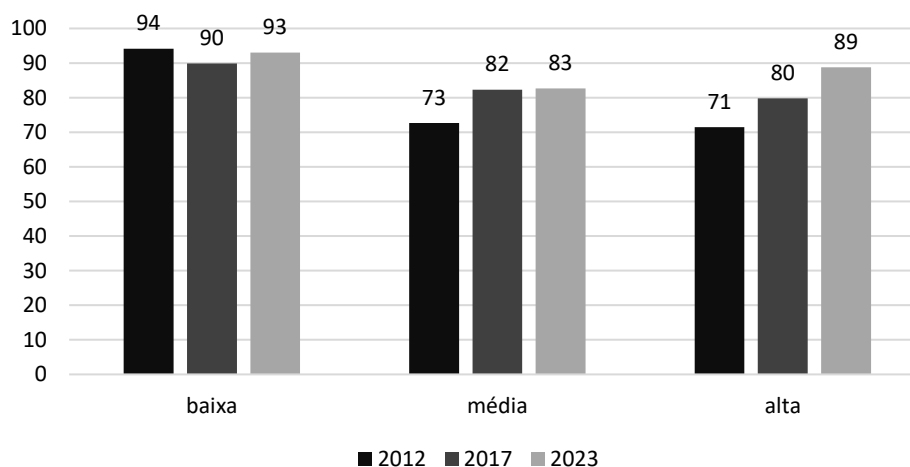
Um destaque que chama a atenção é o efeito da maior escolarização favorecendo a inserção dos homens em setores de maior intensidade tecnológica.

Figura 3 - Distribuição percentual dos ocupados por setor de intensidade tecnológica e escolaridade, segundo sexo, Brasil, 2012-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

Gráfico 2 - Razão entre o rendimento-hora médio real do trabalho principal das mulheres em relação aos homens, Brasil, 2012, 2017 e 2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

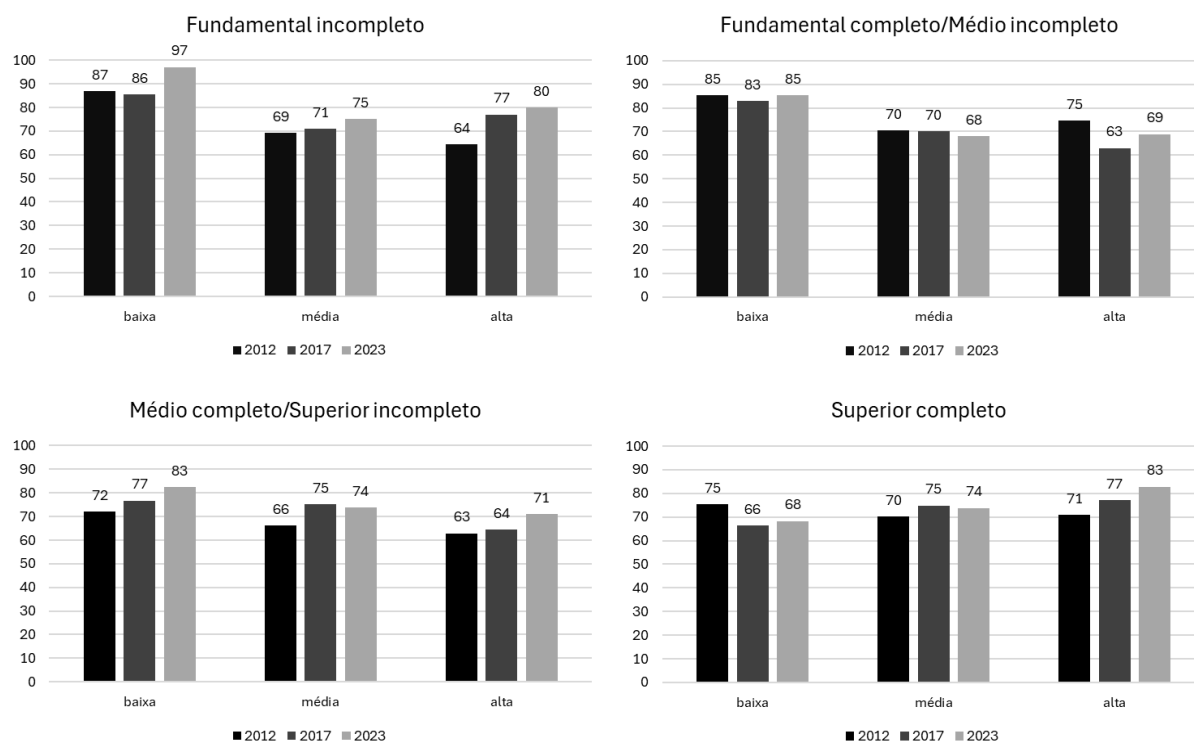
Verifica-se no Gráfico 2, que a razão dos rendimentos médios nos setores de baixa intensidade tecnológica não foram tão discrepantes ao longo do tempo. No entanto, conforme aumenta o nível de intensidade tecnológica, aumenta a desigualdade de remuneração. A Figura 4 faz o mesmo exercício do Gráfico 2, adicionando os níveis de escolaridade.

Observa-se que para todos os níveis educacionais nos setores de baixa e média intensidade tecnológica ocorre uma menor desigualdade de rendimento. Porém, a desigualdade

do rendimento salarial nos setores de alta intensidade tecnológica se reduz ao longo do tempo, mas as mulheres têm inserção mais baixa (barreira à entrada é maior).

Cavaliere e Fernandes (1998) realizaram uma análise comparativa dos diferenciais salariais por gênero e, também por cor entre as principais regiões metropolitanas brasileiras. Os autores constataram que, em média, o salário dos homens é mais elevado do que o das mulheres.

Figura 4 - Razão entre o rendimento-hora médio real do trabalho principal das mulheres em relação aos homens por escolaridade - Brasil, 2012, 2017 e 2023

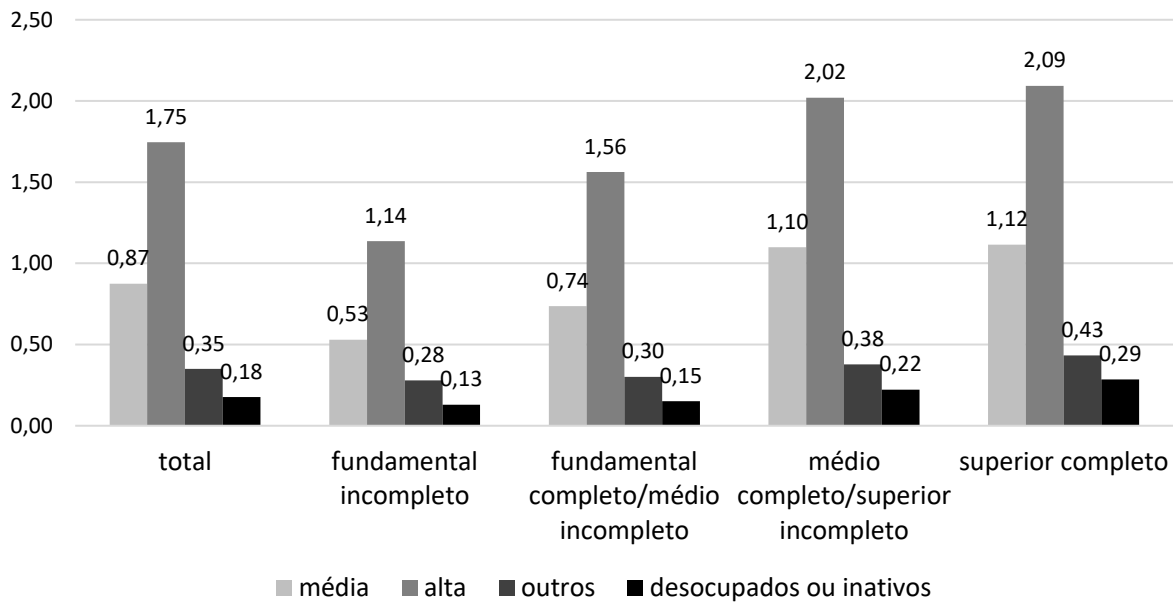


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

A Figura 4, apresenta a razão do rendimento médio real do trabalho principal das mulheres em relação aos homens por nível de escolaridade. É notório que nos setores de baixa e média intensidade tecnológica o rendimento tem pouca variabilidade entre os períodos estudados. Essa tendência se reverte quando observamos os níveis educacionais médio completo/superior incompleto e superior completo para os setores de alta intensidade tecnológica.

O Gráfico 3, apresenta a razão de chance dos indivíduos de estarem empregados. Observa-se que nos valores maiores que 1, os homens têm maiores probabilidades de inserção, ou seja, mais elevada é sua inserção no mercado de trabalho em relação a mulher. Contrariamente a isso, valores menores do que 1 (mais próximos de zero) as mulheres têm maior probabilidade de inserção no mercado de trabalho. Nota-se que a possibilidade de um homem estar empregado é maior nos níveis educacionais ensino médio completo/superior incompleto e superior completo associado aos setores de alta e média intensidade tecnológica. Já as mulheres se destacam nos “outros” setores e na categoria “desocupados e inativos”.

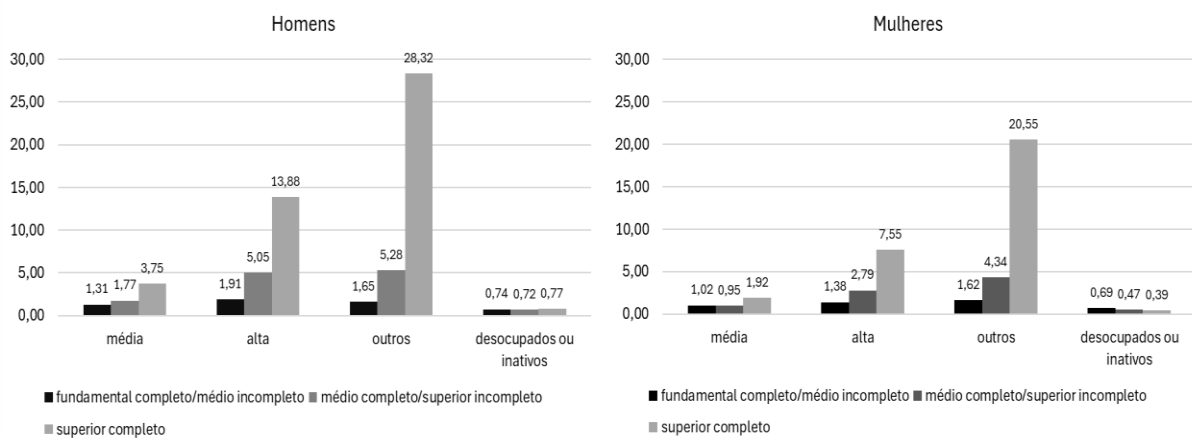
Gráfico 3- Razão de chance para cada estado do mercado de trabalho da variável sexo, Brasil, 2012-2023.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

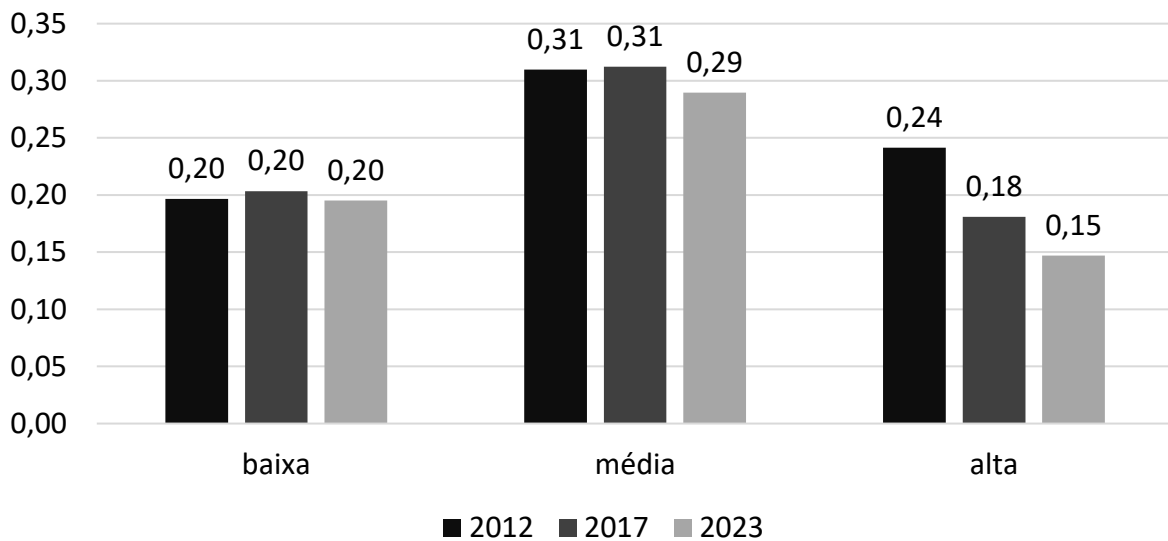
De forma complementar, a Figura 5 apresenta o efeito da escolaridade para os homens e para as mulheres separadamente. Observa-se que os homens com ensino superior possuem 13 vezes mais chances de estar inserido em setores de alta intensidade tecnológica, ao passo que as mulheres possuem 7 vezes mais.

Figura 5 - Razão de chance das *dummies* de anos de estudo para cada estado do mercado de trabalho por sexo, Brasil, 2012-2023.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

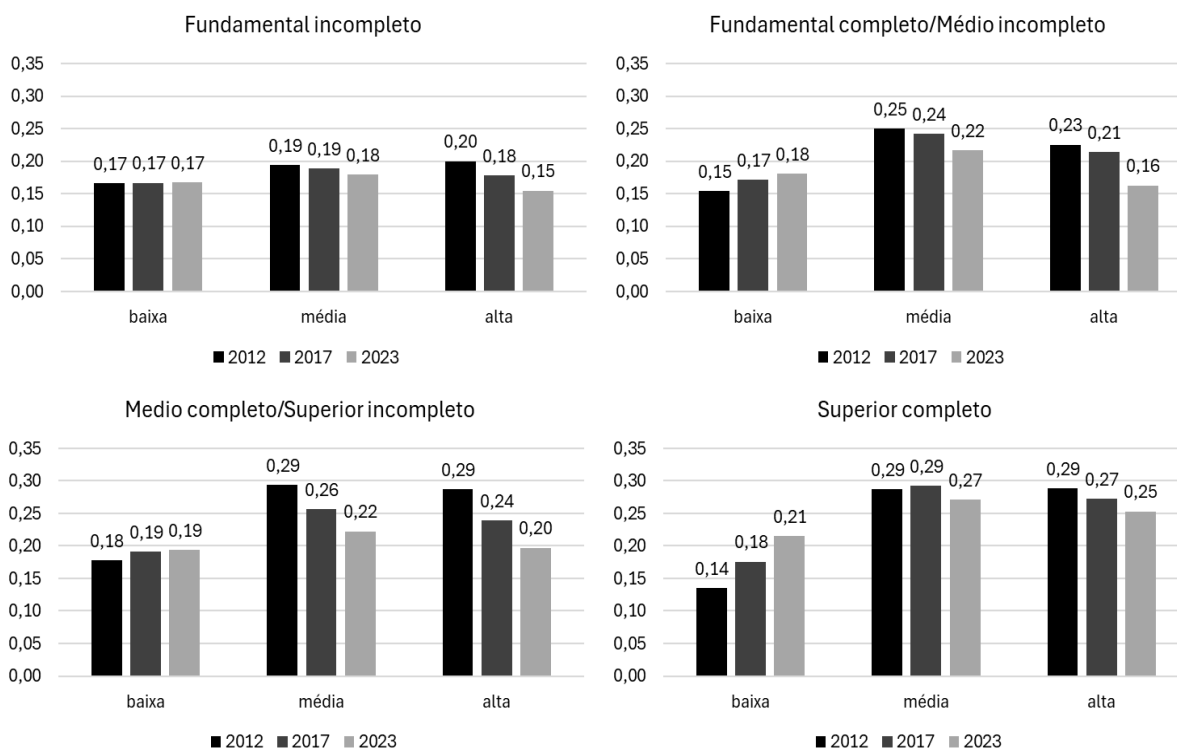
Gráfico 4 - Coeficiente da variável sexo da equação de rendimentos, por setor de intensidade tecnológica setorial, Brasil, 2012, 2017 e 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

O Gráfico 4, apresenta a equação de rendimento da variável sexo por intensidade tecnológica para o período analisado. Nota-se que no setor de média intensidade tecnológica os homens tem rendimentos em média 30% a mais que a mulheres. Carvalho *et al.* (2006), Vaz (2209) e Neri *et al.* (2009), analisaram os diferenciais de rendimentos por sexo no Brasil e verificaram resultados similares.

Figura 6 - Coeficiente da variável sexo da equação de rendimentos, por escolaridade e setor de intensidade tecnológica setorial, Brasil, 2012, 2017 e 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

A Figura 6 apresenta a variável escolaridade e intensidade tecnológica. Os estratos com maiores rendimentos estão concentrados nos níveis escolares ensino médio completo/superior incompleto e superior completo nos setores de média e alta intensidade tecnológica. Autores como Vaz (2009) e Coelho et al. (2010) estimam que 28,3% da diferença de rendimento do trabalho é explicado pela escolaridade.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo investigar a desigualdade de rendimentos por gênero pela perspectiva da inserção ocupacional e do rendimento segundo a intensidade tecnológica setorial. Para isto foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral (PNADC/T) no período de 2012-2023. As análises foram realizadas a partir de uma classificação setorial de intensidade tecnológica desenvolvida por Morceiro (2019) para o Brasil a partir da taxonomia da OCDE.

Os resultados apontam que uma maior escolaridade aumenta a probabilidade de inserção dos indivíduos em setores de maior intensidade tecnológica, sendo esta probabilidade maior para os homens. Em outras palavras a busca por maior qualificação por parte das mulheres não tem tido como contrapartida sua inserção em ocupações profissionais adequadas a uma continuidade do processo de aprendizado e de ampliação de suas competências. As mulheres continuam a se inserir em maior proporção no setor de “outros” que abrange ademais da administração pública, atividades de educação e serviço social, sendo que algumas destas atividades são socialmente atribuídas às mulheres.

Observa-se também desigualdade de rendimentos entre os gêneros como mesmo nível de escolaridade e nos mesmos setores de intensidade tecnológica.

Referências Bibliográficas

- ANTECOL, H. (2003). *Why is there Cross-country variation in Female Labor force participation Rates? The Role of male Attitudes Toward Family and sex roles*. Labour Economics, vol. 7: 409-426.
- ARROW, K. J. The theory of discrimination. In *Discrimination in Labor Markets*, ed. O. Ashenfelter and A. Rees. Princeton, N.J., Princeton University Press. 1973
- ALMEIDA, W. S. de & ALMEIDA, P.M. de. Diferenciais Salariais e Discriminação por Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Potiguar (2012). **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho** - Vol 03; nº 02; 2014.
- BLOOM, D.; CANNING, D.; FINK, G e FINLAY, J. (2007). *Fertility, female labour force participation, and the demographic dividend*. National Bureau of Economic Research, NBER working Paper Series. Working paper n. 13583.
- BASTOS, A.; FERNANDES, G. E PASSOS, J. (2004), “Estimation of Gender Wage Discrimination in the Portuguese Labour Market”, **Notas Económicas** n.º 19, 35-48.
- CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. J.; MASTEROV, D. V. Labor market discrimination and racial difference in premarket factors. *Journal of Law and Economics*, Chicago, The University of Chicago, v. XLVIII, n. 1, p. 1-39, Apr. 2005.
- CAVALIERI, C. H. E FERNANDES, R. Diferenciais de Salários por Gênero e Cor: Uma Comparação entre as Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: **Revista de Economia Política**, vol.18, nº 1, Janeiro-Março 1998.
- GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação por gênero: uma comparação entre Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-384, jul./set. 2005.
- GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação por gênero: uma comparação entre Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-384, jul./set. 2005.
- HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**, v. 47, n. 1, 1979.
- IBGE (2022). Documentação da amostra de uso público dos registros da amostra do censo demográfico de 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro –RJ.
- MATOS, R.; MACHADO, A. F.. Diferencial de rendimentos por cor e sexo no Brasil (1987 – 2001). **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, junho, 2006.
- MEIRELES, D.C.. *Diferenciais de rendimentos por gênero: uma análise dos efeitos composicao e estrutura salarial no Brasil (1976,1987,1996 e 2009)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em Economia. 93 pg. Natal: 2014.
- MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: National Bureau of Economic Research: Columbia University, 152 p., 1974.
- OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economics Review**, v. 14. n. 3, p. 693-709, 1973.
- O’NEIL, J. The trend in the male-female wage gap in the United States. **Journal of Labor Economics**, Chicago, University of Chicago Press, v. 3, n. 1, Part 2: trends in womens work, education, and family building, p. 91-116, Jan. 1985.

PIMENTA, Iracy Silva. **Diferencial de rendimentos por gênero no Brasil: uma perspectiva setorial**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa

SALARDI, Paola. **The Evolution of Gender and Racial Occupational Segregation across Formal and non-Formal Labour Markets in Brazil–1987 to 2006**. Department of Economics, University of Sussex Business School, 2011

SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Ipea, nov. 2000 (**Texto para Discussão**, n. 769).

SOUZA. P.F.L; SALVATO. M.A; FRANÇA.J.M.S. Ser mulher e negro no Brasil ainda leva a menores salários? Uma análise de discriminação para Brasil e regiões: 2001 e 2011. In: **Anais do Encontro ANPEC**, 2013.

TÁPIAS, B. M. e LUMA.I. Desigualdade de gênero nas áreas STEM no atual contexto da digitalização das economias e da indústria 4.0. **XVIII- Congresso de Iniciação Científica da Unicamp, 2020**.

ZUCCHI, J. D; HOFFMAN, R. Diferenças de renda associadas à cor: Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo: Programas de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, v.15, n.1 (25), p.107-129, 2004.

Apêndice

Tabela A1- Resultados do modelo logit multinomial (razão de chance) para cada estado do mercado, Brasil, 2012-2023

baixa (referência)	média	alta	outros	desocupados/ inativos
Homem	0,87	1,75	0,35	0,18
Branco	1,06	1,25	0,84	0,93
Grupos de idade				
30 a 34	0,98	1,01	1,21	0,83
35 a 39	0,94	0,93	1,42	0,77
40 a 44	0,91	0,85	1,74	0,79
45 a 49	0,89	0,77	1,98	0,89
50 a 54	0,87	0,65	2,14	1,19
55 a 59	0,84	0,51	2,08	1,92
60 a 64	0,83	0,37	1,87	3,82
Escolaridade				
Fundamental completo/Médio incompleto	1,23	1,80	1,69	0,74
Médio completo/Superior incompleto	1,45	4,41	5,08	0,59
Superior completo	2,97	11,80	25,38	0,53
Grande região				
Norte	0,73	0,43	1,51	1,06
Nordeste	0,71	0,28	1,47	1,38
Sul	1,24	0,97	1,03	0,82
Centro-Oeste	0,79	0,33	1,13	0,87
Área urbana	1,93	3,31	1,47	1,07
Região Metropolitana	0,84	1,19	0,72	0,97

Dummies de ano	sim	sim	sim	sim
Constante	0,14	0,00	0,06	1,89

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

Tabela A2 - Resultados do modelo logit multinomial (razão de chance) para cada estado do mercado por grupo de escolaridade, Brasil, 2012-2023

	Fundamental incompleto				Fundamental completo/Médio incompleto			
	média	alta	outros	desocupados/	média	alta	outros	desocupados/
baixa (referência)								
Homem	0,53	1,14	0,28	0,13	0,74	1,56	0,30	0,15
Branco	1,08	1,26	0,93	0,93	1,01	1,04	0,83	0,92
Grupos de idade								
30 a 34	0,94	0,92	1,32	0,82	0,98	0,98	1,40	0,79
35 a 39	0,89	0,82	1,60	0,72	0,97	1,10	1,72	0,71
40 a 44	0,87	0,84	2,05	0,71	0,93	1,08	2,32	0,71
45 a 49	0,80	0,76	2,20	0,77	0,92	0,96	2,91	0,84
50 a 54	0,80	0,74	2,65	0,97	0,90	0,83	3,44	1,12
55 a 59	0,77	0,69	2,98	1,45	0,86	0,82	4,28	1,80
60 a 64	0,75	0,66	2,93	2,91	1,01	0,78	4,86	3,87
Grande região								
Norte	0,99	0,24	1,20	0,93	0,72	0,26	1,51	1,05
Nordeste	0,72	0,23	1,30	1,48	0,79	0,24	1,48	1,39
Sul	1,41	1,25	0,83	0,88	1,42	1,22	0,87	0,79
Centro-Oeste	0,97	0,37	0,95	0,85	0,87	0,32	0,98	0,82
Área urbana	2,24	4,90	2,70	1,29	1,90	3,11	1,32	0,99
Região Metropolitana	0,81	1,25	0,65	0,89	0,75	1,05	0,60	0,96
Dummies de ano	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	0,17	0,00	0,04	2,21	0,18	0,01	0,10	1,75
	Médio completo/Superior incompleto				Superior completo			
baixa (referência)								
Homem	1,10	2,02	0,38	0,22	1,12	2,09	0,43	0,29
Branco	1,02	1,22	0,87	0,93	1,11	1,31	0,81	0,89
Grupos de idade								
30 a 34	0,98	1,03	1,16	0,84	0,96	0,99	1,25	0,78
35 a 39	0,96	0,98	1,36	0,80	0,90	0,89	1,49	0,78
40 a 44	0,93	0,86	1,66	0,84	0,86	0,82	1,78	0,77
45 a 49	0,94	0,75	1,88	0,93	0,88	0,79	2,09	0,94
50 a 54	0,91	0,67	2,08	1,28	0,88	0,61	2,23	1,50
55 a 59	0,89	0,46	2,26	2,23	0,87	0,52	2,10	3,17
60 a 64	0,85	0,31	2,17	4,46	0,92	0,35	1,89	6,30
Grande região								
Norte	0,61	0,53	1,39	1,16	0,76	0,43	1,95	1,44
Nordeste	0,69	0,26	1,29	1,25	0,74	0,35	1,69	1,33
Sul	1,24	1,00	0,94	0,77	1,02	0,81	1,07	0,87
Centro-Oeste	0,76	0,30	1,01	0,84	0,72	0,37	1,31	1,10
Área urbana	1,59	2,82	1,11	0,78	1,51	2,01	0,91	0,84

Região								
Metropolitana	0,79	1,12	0,76	1,02	1,02	1,37	0,75	0,98
Dummies de ano	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	0,23	0,02	0,41	1,37	0,39	0,06	1,90	1,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

Tabela A3 - Resultados do modelo logit multinomial (razão de chance) para cada estado do mercado por grupo de escolaridade, Brasil, 2012-2023

Baixa (referência)	Média		Alta		Outros		Desoc/Inativos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Branços	1,03	1,11	1,29	1,17	0,87	0,82	0,95	0,91
Grupos de idade								
30 a 34	0,97	0,99	1,02	0,96	1,19	1,26	0,72	0,91
35 a 39	0,91	0,97	0,92	0,92	1,37	1,52	0,64	0,88
40 a 44	0,88	0,95	0,85	0,84	1,60	1,91	0,65	0,91
45 a 49	0,85	0,96	0,80	0,64	1,80	2,18	0,76	1,01
50 a 54	0,81	0,98	0,66	0,57	1,91	2,41	1,02	1,34
55 a 59	0,74	1,04	0,52	0,46	1,96	2,30	1,63	2,22
60 a 64	0,69	1,18	0,40	0,25	1,83	2,05	3,30	4,45
Escolaridade								
Fundamental completo/Médio incompleto	1,31	1,02	1,91	1,38	1,65	1,62	0,74	0,69
Médio completo/Superior incompleto	1,77	0,95	5,05	2,79	5,28	4,34	0,72	0,47
Superior completo	3,75	1,92	13,88	7,55	28,32	20,55	0,77	0,39
Grande região								
Norte	0,74	0,73	0,41	0,53	1,84	1,33	0,92	1,16
Nordeste	0,68	0,77	0,30	0,24	1,64	1,36	1,42	1,35
Sul	1,19	1,29	0,98	0,90	1,01	1,03	0,87	0,79
Centro-Oeste	0,75	0,89	0,33	0,36	1,20	1,13	0,73	0,99
Área urbana	2,04	1,69	3,47	2,93	1,79	1,21	1,21	0,93
Região Metropolitana	0,81	0,88	1,17	1,26	0,76	0,68	1,02	0,92
Dummies de ano	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Constante	0,11	0,19	0,01	0,01	0,02	0,08	0,28	2,46

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.

Tabela A4 - Resultados da equação de rendimentos por setor de intensidade tecnológica, Brasil, 2012, 2017 e 2023

Variável dependente	2012			2017			2023		
	baixa	média	alta	baixa	média	alta	baixa	média	alta
Log do rendimento-hora do trabalho principal									
Homem	0,20	0,31	0,24	0,20	0,31	0,18	0,20	0,29	0,15
Branços	0,14	0,12	0,12	0,12	0,12	0,16	0,12	0,11	0,15
Grupos de idade									
30 a 34	0,07	0,08	0,08	0,06	0,08	0,10	0,06	0,07	0,14
35 a 39	0,12	0,13	0,18	0,11	0,15	0,13	0,10	0,13	0,21
40 a 44	0,15	0,17	0,27	0,15	0,19	0,29	0,13	0,18	0,24
45 a 49	0,16	0,22	0,35	0,18	0,22	0,31	0,17	0,23	0,23

50 a 54	0,16	0,21	0,31	0,19	0,21	0,38	0,19	0,22	0,31
55 a 59	0,17	0,29	0,34	0,17	0,24	0,35	0,19	0,20	0,27
60 a 64	0,17	0,28	0,60	0,18	0,21	0,53	0,20	0,29	0,32
Escolaridade									
Fundamental completo/Médio incompleto	0,14	0,07	0,06	0,12	0,05	-0,12	0,04	-0,02	-0,02
Médio completo/Superior incompleto	0,27	0,20	0,14	0,20	0,11	-0,21	0,09	-0,02	0,14
Superior completo	0,74	0,61	0,56	0,60	0,40	-0,01	0,41	0,08	0,53
Grande região									
Norte	-0,09	-0,11	-0,22	-0,13	-0,22	-0,26	-0,12	-0,17	-0,13
Nordeste	-0,34	-0,29	-0,28	-0,34	-0,28	-0,33	-0,37	-0,30	-0,22
Sul	0,12	0,03	-0,01	0,12	0,05	-0,04	0,09	0,04	0,05
Centro-Oeste	0,12	0,06	-0,12	0,13	0,03	0,04	0,13	0,04	-0,04
Área urbana	0,16	0,08	-0,12	0,12	0,05	-0,18	0,03	-0,11	0,01
Região Metropolitana	0,11	0,15	0,06	0,08	0,18	0,07	0,05	0,15	0,09
Grupo ocupacional									
Ciências e intelectuais	0,11	-0,05	-0,23	0,01	-0,03	-0,28	-0,07	-0,12	-0,39
Nível médio	-0,11	-0,27	-0,43	-0,15	-0,27	-0,44	-0,24	-0,36	-0,59
Apoio administrativo	-0,40	-0,56	-0,73	-0,45	-0,54	-0,68	-0,58	-0,64	-0,90
Serviços, vendedores dos comércios e mercados	-0,41	-0,54	-0,57	-0,45	-0,55	-0,62	-0,55	-0,59	-0,79
Agropecuária, florestais, da caça e da pesca	-0,65	-0,77	-0,01	-0,67	-0,61	-1,27	-0,73	-0,49	-0,27
Construção, artes mecânicas e outros ofícios	-0,29	-0,59	-0,57	-0,35	-0,56	-0,61	-0,48	-0,67	-0,83
Operadores de instalações e máquinas	-0,31	-0,60	-0,72	-0,36	-0,58	-0,71	-0,49	-0,71	-0,93
Ocupações elementares	-0,62	-0,64	-0,77	-0,63	-0,61	-0,81	-0,76	-0,77	-1,04
Cont. Previdência	0,19	0,25	0,22	0,27	0,31	0,28	0,25	0,29	0,34
Constante	2,15	2,57	3,20	2,33	2,70	4,28	2,88	3,41	2,73
Equação de participação									
Responsável pelo domicílio	0,68	0,47	0,43	0,42	0,26	0,23	0,01	-0,01	-0,04
Crianças de 0 a 5 anos	0,08	0,10	0,13	0,09	0,10	0,15	0,07	0,08	0,06
Crianças de 6 a 14 anos	0,14	0,14	0,12	0,16	0,15	0,12	0,14	0,15	0,10
Fundamental completo/Médio incompleto	0,29	0,41	0,50	0,24	0,36	0,52	0,26	0,34	0,49
Médio completo/Superior incompleto	0,41	0,63	1,01	0,35	0,54	0,94	0,38	0,58	0,96
Superior completo	0,36	1,01	1,42	0,31	0,98	1,45	0,43	1,15	1,62
Área urbana	-0,05	0,37	0,45	0,01	0,38	0,45	0,09	0,46	0,69
Região Metropolitana	0,02	-0,15	0,04	0,02	-0,15	0,09	0,01	-0,16	0,04
Constante	-0,41	-1,64	-3,09	-0,38	-1,68	-3,19	-0,26	-1,63	-3,21
mills									
lambda	-0,19	-0,30	-0,26	-0,29	-0,37	-0,59	-0,63	-0,59	-0,03
rho	-0,27	-0,45	-0,41	-0,42	-0,54	-0,75	-0,76	-0,75	-0,05
sigma	0,71	0,67	0,62	0,70	0,67	0,79	0,83	0,79	0,59

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Trimestral.